

lab<sup>o</sup>

Laboratório de Inovação Financeira

# Financiamento para o alcance dos ODS: A Agenda do *Blended Finance* no Brasil

## Financiamento para o alcance dos ODS: A Agenda do Blended Finance no Brasil

Agradecemos a todas as instituições que participam do Subgrupo de *Blended Finance* do Laboratório de Inovação Financeira (LAB) e contribuíram direta ou indiretamente para o conhecimento adquirido e elaboração desta publicação.

### Elaboração

Laboratório de Inovação Financeira

### Coordenação

Leonardo Pamplona e Marcos Lima (BNDES);

### Colaboração

Ana Gabriela Mendes Kingston (CVM)

Carolina Costa (Mauá Capital)

Enilce Leite Melo (LAB)

Felipe Borschiver (Climate Policy Initiative - Brasil)

Felipe Vignoli (LAB)

Gabriel Ribenboim (Impact Bank)

Greta Gogiel Salvi (Latimpacto)

Leonardo Letelier (Sitawi Finanças do Bem)

Leonardo Pamplona (BNDES)

Lívia Galasso (Tre Investindo com Causa)

Manuella Cantalice (Climate Policy Initiative - Brasil)

Marcelo Marcolino (BNDES)

Marcos Lima (BNDES)

Marco Gorini (Din4mo);

Maria Elisa Pessina (BRASFI)

Paula Pompeu Fiuza de Lima (É Circular - Educação Financeira e Gestão de Impacto)

Rachel Sampaio (LAB)

### Consultores GT Instrumentos Financeiros e Investimento de Impacto

Felipe Vignoli

Rachel Sampaio

## Disclaimer

O conteúdo refletido neste artigo é fruto das reflexões, debates e contribuições dos membros do Subgrupo de Blended Finance do GT Instrumentos Financeiros e Investimento de Impacto e não representa necessariamente a opinião das instituições, das entidades gestoras do LAB ou dos seus associados ou membros individualmente.

Sendo assim, os caminhos aqui apresentados para impulsionar o volume de recursos direcionados para o financiamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável promovidos pela ONU representam os movimentos que a maioria acredita serem possíveis e necessários, baseados na experiência de países mais avançados no tema, não resultando, necessariamente, da unanimidade entre os membros do Grupo de Trabalho.

O LAB é um fórum de interação multissetorial, promovido pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (“ABDE”), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que a partir de 2019 passou a contar com a parceria da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (“GIZ”). O LAB é um fórum de diálogo público-privado, que reúne mais de 280 instituições participantes de diversos setores que interagem, de forma colaborativa e voluntária, para promover as finanças sustentáveis no País.

Rio de Janeiro  
Maio de 2022

## ÍNDICE

Introdução	6
1. Engajamento do Setor Privado no Financiamento dos ODS	7
2. Entendendo as Estruturas de Blended Finance	8
2.1 Fonte de Recursos e Partes Envolvidas	9
2.2 Estruturas Financeiras	11
3. Em que Contexto se Deve Utilizar Estruturas de Blended Finance	12
4. Princípios de Blended Finance Promovidos pela OCDE	14
5. Construção de um Ecossistema de Blended Finance: Experiência Internacional	16
6. As Operações de Blended Finance no Contexto Brasileiro	19
6.1 Maturidade do Ecossistema Brasileiro	19
6.2 Muito Além do Capital: O potencial da Atuação Estratégica de Múltiplos Atores	20
Considerações Finais	22
Bibliografia	24
Referências	26

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente artigo aborda o conceito de *blended finance*, reforçando o potencial de alavancagem de recursos de desenvolvimento por meio da união de capitais com diferentes apetites de risco. Esse instrumento tem o potencial de acelerar o financiamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pactuados em nível global no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial no Brasil.

O conceito de *blended finance* adotado pela OCDE é “o uso estratégico de fundos de desenvolvimento (recursos subsidiados) para a mobilização de fluxos adicionais de capital comercial para o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento”.

Assim, os fundos de desenvolvimento ou capital filantrópico (capital concessional ou paciente) são alocados com o objetivo de equilibrar a relação de risco e retorno e, com isso, atrair o capital comercial.

As operações de *blended finance* podem utilizar diferentes mecanismos e estruturas de investimento. Os usos mais comuns de fundos de desenvolvimento em operações de *blended finance* são: recursos subsidiados (taxas abaixo do mercado ou recursos não reembolsáveis) para criar uma camada de proteção ao risco; doação para estruturação de projetos; garantias e seguros para os primeiros estágios; e treinamento e capacitação para aprimorar a gestão dos negócios socioambientais.

O artigo apresenta ainda um panorama do ecossistema de *blended finance* em nível internacional, que traz lições para o amadurecimento do mercado brasileiro. Por fim, são apresentadas ainda questões centrais do contexto brasileiro, tais como desafios regulatórios e alternativas para o crescimento do mercado.

# INTRODUÇÃO

Iniciando a terceira década do século 21, nos encontramos em estado de emergência pelos processos de degradação ambiental e reprodução de desigualdades sociais, causados fundamentalmente pela ação humana.

A situação atual é fruto da visão que tem como premissas o crescimento ilimitado e a classificação de todas as coisas (incluindo a natureza e a espécie humana) como ativos a serem explorados e mensurados monetariamente, o que contribuiu com o consumo exagerado, a acumulação e concentração de riquezas e a priorização do lucro financeiro em detrimento da natureza e do bem-estar social em geral.

Ainda usamos como principal referência para a mensuração do desenvolvimento o viés econômico materializado no Produto Interno Bruto - PIB, em grande medida desconsiderando externalidades negativas de nossas ações como a excessiva produção de lixo, a degradação ambiental, a sujeição da humanidade a desastres ambientais e a exposição de populações à condição de subsistência ou a guerras.

Por outro lado, as crises sociais e ambientais da atualidade nos mostram que o sistema econômico envolve aspectos mais amplos, dos quais depende para seguir viável. Nesse contexto, urge consolidar uma ressignificação dos conceitos de crescimento e desenvolvimento, assim como uma reflexão sobre o papel do Estado e das organizações sociais e empresariais na aceleração da transição para o paradigma da sustentabilidade, por meio de uma visão mais orgânica<sup>1</sup> e sistêmica dos processos produtivos.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pactuados em nível global no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) representam os desafios atuais da sociedade, a serem tratados de forma articulada<sup>2</sup>.

Figura 01. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Organização das Nações Unidas

O propósito do presente artigo é explorar novas formas de interação entre agentes econômicos a fim de acelerar os esforços para alcance dos ODS, em especial no Brasil, por meio de estratégias combinadas de financiamento público e privado, ao que chamamos estruturas de *blended finance*.

Trata-se, para além de simplesmente envolver diferentes tipos de capital em uma única estrutura financeira, de diferentes arranjos que viabilizem o engajamento coordenado de múltiplos stakeholders em ambientes de risco controlado, governança estruturada e segurança jurídica, para a resolução, em escala, das questões socioambientais relevantes para a manutenção da vida no planeta.

<sup>1</sup> Mais conectada aos processos observados na Natureza, para além da visão mecânica e linear.

<sup>2</sup> Os ODSs foram definidos em 2015 pela ONU e estão organizados em 169 metas relativas a 17 macro-objetivos a serem cumpridas em 15 anos (a chamada Agenda 2030).

# 1. ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO NO FINANCIAMENTO DOS ODS

A OCDE estima que para alcance dos ODS<sup>3</sup> e das metas a eles relacionadas são necessários recursos adicionais aos já investidos entre 2,5 e 3 trilhões de dólares anuais até 2030, o que seria equivalente a cerca de 6% do PIB global (Convergence, 2021). A referida organização prevê ainda que a lacuna de financiamento anual dos ODS possa aumentar nos países em desenvolvimento devido à incerteza econômica global e às necessidades de despesas emergenciais geradas em função da pandemia. Como resultado, estima-se que o déficit anual de financiamento dos ODS nos países em desenvolvimento possa aumentar em até US\$1,7 trilhão, o que equivaleria a um aumento de mais de 70% (OCDE, 2020).

Em uma primeira análise, pode parecer um montante difícil de alcançar, porém esse valor representa menos de 1% do total de ativos financeiros globais em circulação (Credit Suisse, 2021). Considerando o pequeno percentual de recursos necessários para financiamento dos ODS em comparação ao total de ativos globais, resta claro que o problema não está na falta de recursos, mas sim na falta de engajamento do capital privado nessa agenda.

Uma das principais razões para a desconexão do capital privado com os projetos de desenvolvimento sustentável de acordo com Gorini (2021)<sup>4</sup>, é a assimetria, real ou percebida, na relação entre risco, retorno e liquidez, o que reduz a atratividade do investimento nesse tipo de projeto. Assim, a maior parte dos recursos privados continua sendo investido em ativos financeiros equilibrados na relação risco, retorno e liquidez, porém desconectados da economia real, gerando retornos sem lastro na criação de valor econômico, social e ambiental coletivo.

Gorini (2021) defende que somente será possível a transição para um novo paradigma em que o capital passe a endereçar os desafios de longo prazo da vida na terra, com a inclusão de uma nova dimensão ao processo decisório dos gestores de ativos que é o olhar mais amplo para o impacto socioambiental do investimento. Nesse sentido, para que o volume de capital disponível aos ODS aumente é necessário, antes de tudo, uma mudança cultural na lógica do investimento, o que gradativamente já está em curso com o fortalecimento das finanças sustentáveis e do investimento de impacto e a proliferação de instrumentos financeiros que incorporem na lógica de avaliação e acompanhamento dos investimentos os aspectos ambiental, social e de governança em prol da sustentabilidade (ASG ou no inglês ESG).

Além desse elemento cultural, no curto prazo é possível também tornar os projetos sustentáveis e de impacto mais atrativos ao capital privado, mediante a redução do risco e o aumento da rentabilidade desses projetos. É nessa lógica que as operações de *blended finance* atuam.

Trata-se de mecanismo ainda pouco conhecido e explorado no Brasil e na América Latina, mas que, de acordo com a Convergence<sup>5</sup>, tem grande potencial disruptivo no desenvolvimento das finanças da forma como conhecemos hoje. Na próxima seção passaremos a explicar melhor esse mecanismo.

<sup>3</sup> Os ODSs foram definidos em 2015 pela ONU e estão organizados em 169 metas relativas a 17 macro-objetivos a serem cumpridas em 15 anos (a chamada Agenda 2030).

<sup>4</sup> MIT Sloan Management Review, ano 3, nº 8, pag. 46. Disponível em: [https://bit.ly/MIT\\_BlendedFinance\\_MarcoGorini](https://bit.ly/MIT_BlendedFinance_MarcoGorini)

<sup>5</sup> Rede internacional responsável por originar dados, inteligência e fomentar operações que utilizam o mecanismo de blended finance. Para mais informações ver o site: <https://www.convergence.finance>

## 2. ENTENDENDO AS ESTRUTURAS DE BLENDED FINANCE

O conceito de *Blended Finance* adotado pela OCDE<sup>6</sup> é “o uso estratégico de fundos de desenvolvimento para a mobilização de fluxos adicionais de capital para o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento”.

Em geral essas transações apresentam quatro pilares centrais: (1) Alavancagem de Capital, (2) Impacto Socio-ambiental Positivo, (3) Equilíbrio de Riscos, e (4) Retornos Financeiros.

Figura 02. Pilares das Operações de Blended Finance



Elaboração Própria.

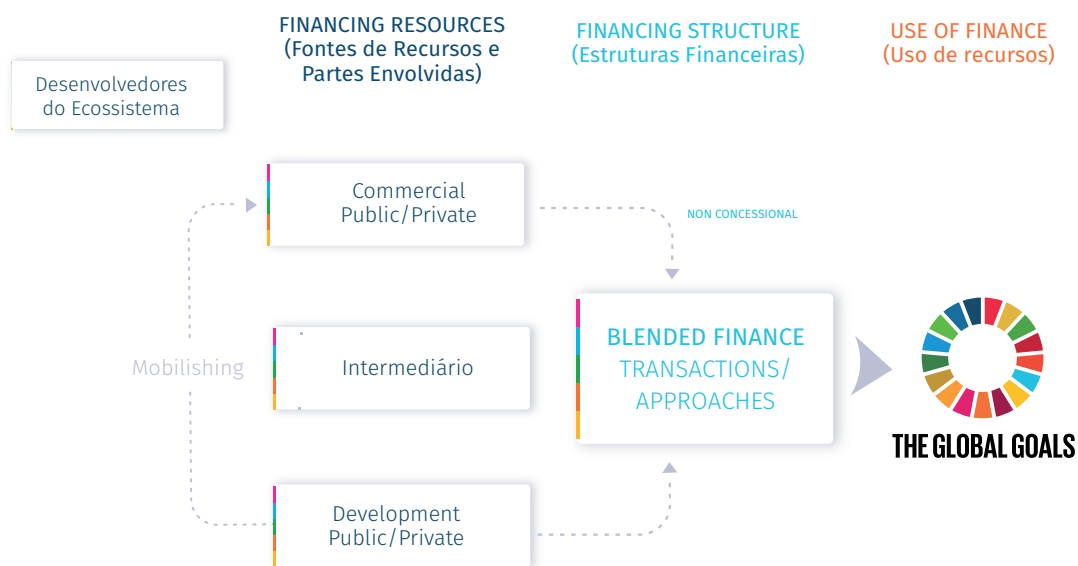
Observados esses pilares, para compreender as operações de *blended finance* é preciso analisá-las sob 3 perspectivas, conforme abaixo:

1. das Fontes de Recursos e das Partes Envolvidas;
2. das Estruturas de Financeiras; e
3. do Uso dos Recursos.

<sup>6</sup> Tradução livre da definição obtida no site da OCDE, disponível em: [oecd.org/dac/financing-sustainable-development/blended-finance-principles/](https://oecd.org/dac/financing-sustainable-development/blended-finance-principles/)



Figura 03: Conceito de blended finance



Fonte: LAB adaptado da OCDE<sup>7</sup>.

### Fontes de Recursos e Partes Envolvidas

Conforme demonstra a Figura 3, em transações de *blended finance* os fundos de desenvolvimento mobilizam capital comercial originalmente investido em projetos com perfil tradicional para a estruturação financeira de operações que atendam aos ODS. Essas estruturas utilizam:

- Fundos de Desenvolvimento (também denominados recursos concessionais ou capital catalítico). Providos por investidores que têm o objetivo central de gerar desenvolvimento sustentável e impacto positivo. Esses investidores muitas vezes estão dispostos a renunciar a parte ou à totalidade da sua remuneração para a potencialização do impacto socioambiental positivo do projeto;
- Capital comercial. Provido por investidores que querem contribuir para o financiamento do desenvolvimento sustentável e simultaneamente serem remunerados a taxas compatíveis com o mercado tradicional.

Com o mecanismo de *blended finance*, os fundos de desenvolvimento são investidos com o objetivo de viabilizar o equilíbrio real ou percebido da relação risco x retorno e com isso atrair o capital comercial, contribuindo ainda para o fortalecimento da cultura empreendedora e de investimento de impacto socioambiental.

<sup>7</sup> [https://read.oecd-ilibrary.org/development/making-blended-finance-work-for-the-sustainable-development-goals\\_9789264288768-en#page25](https://read.oecd-ilibrary.org/development/making-blended-finance-work-for-the-sustainable-development-goals_9789264288768-en#page25).

Quadro 1: Fontes de Financiamento

FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	CAPITAL COMERCIAL
Expectativa de Rentabilidade	
Sem expectativa de retorno; ou Com remuneração abaixo dos padrões de mercado; e/ou Com assunção de risco maior que o de mercado.	Equação de risco e retorno equilibrada em relação ao mercado.
Objetivo	
Impacto socioambiental é <u>mais importante</u> que a remuneração financeira; Contribui para a mobilização do capital comercial.	O retorno financeiro é <u>tão importante</u> quanto o impacto socioambiental que se almeja alcançar.
Quem	
Entidades públicas interessadas em fomentar o desenvolvimento de um mercado Organismos multilaterais nacionais e internacionais Entidades filantrópicas Investidores privados de impacto ( <i>impact first</i> )	Investidores de varejo, profissionais e qualificados, públicos e privados, incluindo fundos de investimento, fundos de pensão, dentre outros.

Fonte: Elaboração Própria

Além dos investidores, numa estrutura de *blended finance* existe também a figura do *estruturador* ou *intermediário*, cujo papel pode ser exercido por uma diversa gama de agentes, inclusive por provedores de capital, como por entidades distintas. O intermediário é responsável por:

- (i) alinhamento entre as partes para fins de definição do objetivo da operação,
- (ii) definição dos participantes envolvidos no mecanismo e de seus direitos e responsabilidades,
- (iii) facilitação para a formalização dos acordos entre os participantes do mecanismo,
- (iv) contratação de serviços técnicos/consultoria para operacionalização do projeto, ou a assunção das referidas responsabilidades pessoalmente, incluindo:
  - (a) o controle do uso dos recursos em todas as fases do projeto
  - (b) o reporte aos provedores de capital
  - (c) a mensuração e acompanhamento do impacto auferido com o uso do mecanismo, dentre outros

A figura do intermediário é central para o sucesso de uma operação de *blended finance*, cuja eficiência está diretamente relacionada à capacidade desse agente reconhecer as prioridades e a realidade de todas as partes de uma cadeia de valor; gerar conhecimento, coesão e alinhamento de riscos e oportunidades para todas as partes envolvidas.

Há, ainda, os *desenvolvedores do ecossistema*, os quais não necessariamente participam formalmente do mecanismo, mas proporcionam apoio técnico e institucional para a agenda, seja diretamente nos projetos, seja fomentando a articulação entre os atores. Um exemplo de desenvolvedor de ecossistema é a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto<sup>8</sup>, que desde 2014 vêm promovendo o fortalecimento do ecossistema dos negócios de impacto no Brasil.

Vale notar que um mesmo ator pode ter mais de um papel. Por exemplo, uma fundação que investe em estruturas de *blended finance* em busca de retorno financeiro também pode fazer doações que financiam assistência técnica para um projeto, ou mesmo a articulação entre atores ou a promoção da agenda de *blended finance* como um todo.

### Estruturas Financeiras

As operações de *blended finance* podem utilizar diferentes mecanismos e estruturas de investimento, como, por exemplo: fundos de investimento de diferentes naturezas, *holdings*, consórcios, instrumentos de dívida, sociedades de diversos tipos, projetos, *joint ventures*, dentre outros. Não há limites para as estruturas e arranjos a serem utilizados, desde que os mesmos observem a regulamentação aplicável a cada instrumento.

Os usos mais comuns de fundos de desenvolvimento em operações de *blended finance* são os seguintes (Convergence, 2020):

Recursos Subsidiados	Doação para Estruturação	Garantia ou Seguro	Assistência Técnica
Capital provido com taxas abaixo do mercado ou de forma não reembolsável para uma parte do projeto, criando uma camada de proteção para os demais investidores (first loss) ou tornando o projeto mais atrativo da perspectiva de rentabilidade	Doação que viabiliza a estruturação de um novo projeto, produto ou modelo de negócios e a realização das atividades necessárias para lançamento deste novo produto no mercado	Investidores oferecem garantia ou instrumentos de seguro, para redução de perdas ou melhorar a percepção de risco da operação	Treinamento, capacitação, aprimoramento de gestão dos negócios e sua capacidade de geração de resultados, assim como no desenho de novos instrumentos financeiros

### Uso dos Recursos

O uso dos recursos deve estar relacionado ao financiamento de sociedades, ativos e projetos em mercados emergentes e em desenvolvimento que promovam o desenvolvimento econômico sustentável ou regenerativo, tendo como referência os ODS.

<sup>8</sup> <https://aliancapeloimpacto.org.br/>

### 3. EM QUE CONTEXTO SE DEVE UTILIZAR ESTRUTURAS DE BLENDED FINANCE ENTENDENDO AS ESTRUTURAS DE BLENDED FINANCE

As operações de *blended finance* são especialmente importantes em mercados em que as taxas de risco e retorno estejam desequilibradas ou não sejam bem compreendidas pelos investidores, mas que, por outro lado, o seu desenvolvimento viabilize o alcance de um ou mais ODS.

Figura 04: Desequilíbrio sistêmico na relação risco x retorno



Fonte: Adaptado do Convergence

Nesse caso, o aporte de fundos de desenvolvimento tem como função reduzir riscos e promover equilíbrio na curva de risco x retorno dos investimentos, visando a atração de novos investidores para mercados que precisam ser desenvolvidos.

Figura 05. Fundos de desenvolvimento podem equilibrar riscos e retornos

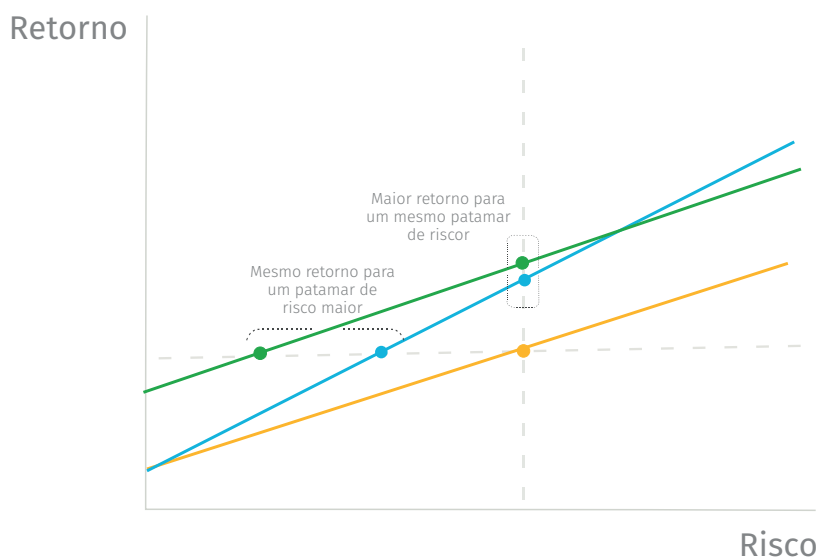


Fonte: Adaptado do Convergence

As estruturas de *blended finance* podem ser eficazes em mercados em estágio inicial de desenvolvimento, por exemplo, nos quais é necessário não apenas a criação de novos produtos, mas também a estruturação de toda a cadeia de valor. Nesses mercados há naturalmente maior assimetria de informações, o que dificulta a avaliação e mensuração de risco e retorno, e com isso a atratividade do investimento pelo setor privado.

Sendo assim, a combinação de fundos de desenvolvimento com o capital comercial, estrategicamente organizados numa estrutura de *blended finance*, viabiliza a criação de condições propícias para que esses mercados amadureçam e para que, com o tempo, os recursos privados passem a fluir cada vez mais na direção dos projetos sustentáveis e regenerativos.

Figura 06. Fundos de Desenvolvimento alteram a relação risco x retorno



Fonte: Elaboração própria.

O aporte de recursos não reembolsáveis ou com papel catalítico faz a curva de risco se deslocar de forma paralela à curva de risco original, bem como o aporte de recursos subsidiados altera o ângulo da mesma. Em ambos os casos, essa alteração na relação entre risco e retorno (aumento do retorno para um mesmo nível de risco ou redução do risco para um mesmo nível de retorno) favorece a atração de investimentos

## 4. PRINCÍPIOS DE BLENDED FINANCE PROMOVIDOS PELA OCDE

A OCDE<sup>9</sup> delimitou 5 princípios a serem seguidos na estruturação e implementação de programas que sejam capazes de endereçar desafios sociais, econômicos e ambientais através de mecanismos de blended finance. Esses princípios são especialmente importantes nas operações em que há o envolvimento de governos, agências de cooperação e entes filantrópicos.

### PORQUE

#### Apresentar Estratégia Ancorada no Desenvolvimento Sustentável.

Apresentar objetivos claros e precisos desde a sua concepção. Esses objetivos devem estar relacionados ao desenvolvimento sustentável de um território ou de um mercado incipiente. Além disso, os resultados esperados e impactos pretendidos pelo uso do mecanismo devem ser reconhecidos como premissa da estrutura e devem ser definidos e reconhecidos por todas as partes envolvidas, antes mesmo da definição jurídica e societária da mesma. Assim, uma operação bem estruturada deve ser capaz de comunicar com clareza o problema que pretende resolver ou a mudança que pretende promover com o uso dessa estrutura. Nesse sentido, recomenda-se que os estruturadores invistam tempo na preparação da Teoria da Mudança<sup>10</sup>

### QUEM

#### Mobilização do Capital Comercial e Concessional.

O capital concessional ou de desenvolvimento deve buscar o nível de segurança ideal para a atração do capital comercial com base no contexto local, setorial e nas condições de mercado. O capital de desenvolvimento deve ainda endereçar falhas de mercado e fomentar o desenvolvimento de mercados incipientes. O uso de capital concessional deve ser temporário, e deve ocorrer apenas pelo tempo suficiente para que o mercado se desenvolva

### ONDE

#### Endereçar o Contexto Local.

Para serem efetivas, essas estruturas devem compreender com profundidade as especificidades do mercado, o contexto local e as necessidades localmente definidas, com base em suas prioridades e capacidades, de forma que seja consistente com a possibilidade de contribuir com o alcance de uma meta estabelecida. Deve-se considerar que a emergência de um mercado local eficiente é essencial para financiar o desenvolvimento sustentável

<sup>9</sup> OCDE (2018).

<sup>10</sup> Para mais informações sobre Teoria da Mudança ver <https://impactosocial.esolidar.com/2021/08/10/teoria-da-mudanca/>

## COMO

### Governança.

Forte governança capaz de endereçar os desafios financeiros e de impacto ao qual o projeto será submetido ao longo do tempo para atingir o seu objetivo. A criação de conselhos consultivos ou deliberativos (com representatividade dos atores locais), fluxos e processos compatíveis com o objetivo do projeto são fundamentais para oferecer aos investidores privados (ou seja, ao capital comercial) segurança na qualidade dos instrumentos diante de mercados com os quais o capital comercial ainda não está tão familiarizado

### Parcerias Eficientes.

As estruturas de *blended finance* funcionam quando são alcançados tanto os indicadores de desenvolvimento (impacto social e ambiental) quanto os objetivos financeiros, com a apropriada alocação de risco e retorno entre as partes, seja ela um investidor comercial ou investidor que prioriza o desenvolvimento (conhecidos no jargão de mercado como *impact first*). Nesse sentido, essas estruturas devem: (a) permitir que cada parte se engaje nas bases do seu mandato e obrigação, enquanto respeitando o mandato dos outros; (b) aloque riscos em uma base balanceada e sustentável; e (c) vise sempre a escalabilidade, sendo que para isso muitas vezes é necessário compartilhar as lições e melhores práticas

## MONITORAMENTO

### Monitorar com Transparência.

Para assegurar a correta avaliação das operações de *Blended Finance*, essas devem ser monitoradas em todas as suas dimensões com *frameworks* claros, que contenham tanto os fluxos e taxas de retorno financeiro (especialmente relevantes para o capital comercial), como também métricas de acompanhamento do impacto social e ambiental almejado (a serem acompanhadas de perto pelos investidores concessionais e doadores). É importante que essas estruturas apliquem os recursos necessários para o monitoramento e avaliação das ações de desenvolvimento socioambiental

## 5. CONSTRUÇÃO DE UM ECOSISTEMA DE BLENDED FINANCE: EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Atualmente há importantes organizações multilaterais apoiando a estruturação de operações de *blended finance* no mundo. A OCDE, o Fórum Econômico Mundial, assim como o *DFI Working Group on Blended Concessional Finance for Private Sector Projects*, que reúne diversos organismos multilaterais<sup>11</sup>. Existem ainda iniciativas como a *Climate Policy Initiative (CPI)*, que auxiliam governos, instituições financeiras e negócios a promover crescimento econômico endereçando as mudanças climáticas.

Dentre os atores privados, encontram-se grandes bancos e instituições internacionais, muitas delas com um mandato específico para desenvolvimento sustentável e impacto socioambiental. Dentre os principais em número de transações realizadas estão Ceniarth LLC, Standard Chartered Bank, Calvert Impact Capital, responsAbility Investments, Societé Générale e Deutsche Bank. Os investidores filantrópicos mais ativos incluem a Shell Foundation, Bill & Melinda Gates Foundation, Omidyar Network, Oikocredit e Rockefeller Foundation.

Mais de 1.450 investidores já participaram de operações de *blended finance*, sendo que, no período 2018-2020. Desse total, 35% são bancos multilaterais ou instituições financeiras de desenvolvimento, 29% investidores comerciais, 15% investidores de impacto, 12% agências de desenvolvimento e 10% fundações e ONGs (Convergence, 2021).

Em relação ao capital concessional, entre 2018 e 2020, apenas 8% do montante aportado nas operações de *blended finance* foram originários dos investidores de impacto e comerciais, sendo que os demais 92% foram providos por instituições financeiras de desenvolvimento, bancos multilaterais, agências de desenvolvimento e fundos de múltiplos doadores (Convergence, 2021).

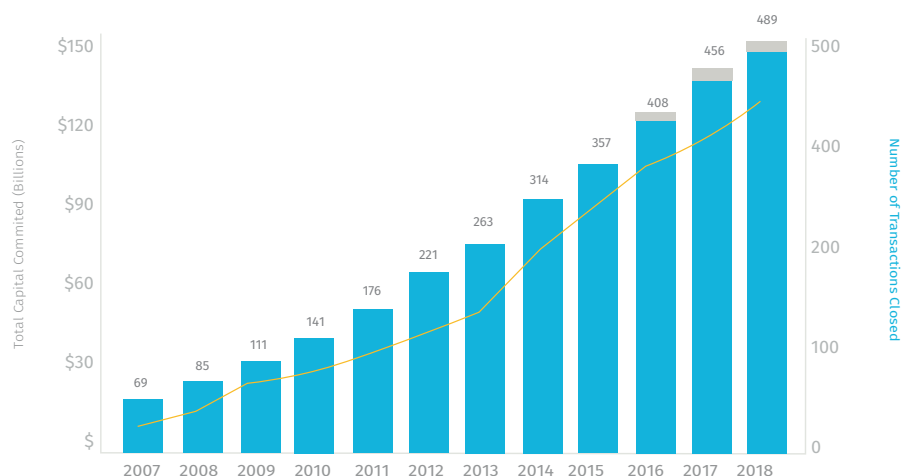
Esse dado demonstra a importância que as instituições de desenvolvimento têm para o avanço da agenda de *blended finance*, e o desafio que ainda representa a mobilização de recursos comerciais.

No que concerne ao capital comercial, os mercados de *private equity*, *venture capital* e *seed capital* (capital emergente) são os instrumentos que apresentam maior tendência de crescimento nas operações de *blended finance*, tendo aumentado sua participação de 6% no período 2015-2017 para 16% do total entre 2018 e 2020.

<sup>11</sup> O International Finance Corporation (IFC), o Inter-American Development Bank Group, o African Development Bank, Asian Development Bank, European Bank for Reconstruction and Development e o Islamic Corporation for the Development of the Private Sector, são algumas dessas organizações.



Figura 07. Crescimento das operações de *blended finance* no mundo (acumulado)



Fonte: Convergence (2021).

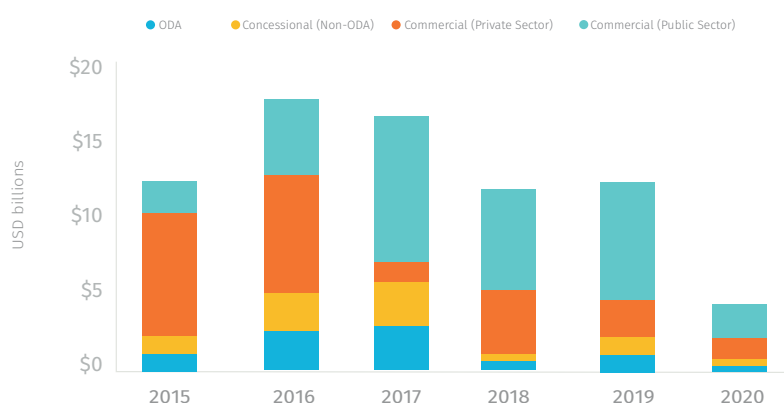
De acordo com a Convergence (2021), já foram estruturadas cerca de 680 operações de *blended finance*, as quais financiaram aproximadamente US\$ 160 bilhões de dólares.

A título de comparação, o “censo” do chamado investimento de impacto de 2020, publicado pela *Global Impact Investing Network* (GIIN), apontou o montante de US\$ 715 bilhões investidos em negócios de impacto socioambiental naquele ano, tendo como base dados de cerca de 1.700 investidores de impacto no mundo<sup>12</sup>.

Essa informação indica que muito do investimento socioambiental já estruturado é realizado de maneira individual pelos investidores e demonstra o potencial de ampliação à medida que os agentes passam a interagir mais e contar com mais capital catalítico.

Por outro lado, as estatísticas apontam para uma redução nos fluxos de recursos direcionados para operações de *blended finance* nos anos recentes, por conta do aumento na percepção de risco e da realocação de recursos para atender a demandas emergenciais geradas pela pandemia de COVID-19.

Figura 08: Fontes de financiamento para *blended finance*



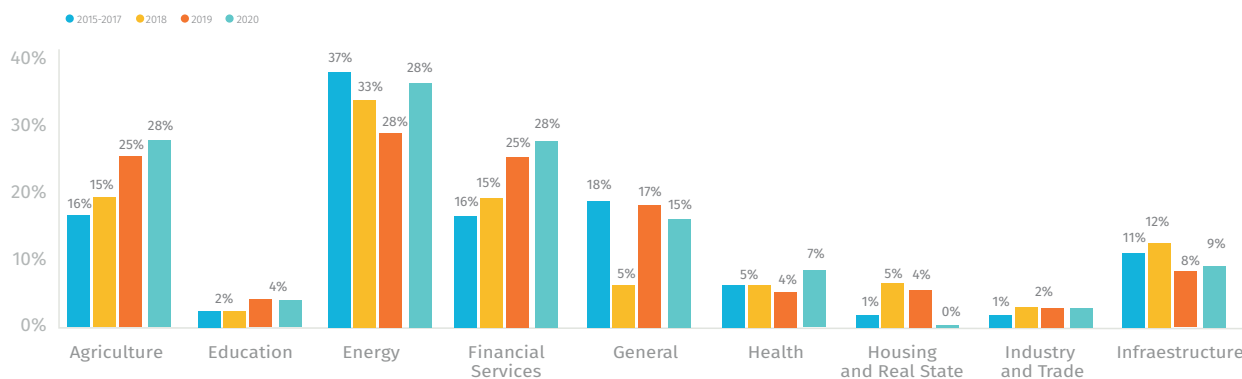
ODA are estimated based on provision of public concessional funding in the database that qualify as ODA instruments. Public concessional funding refers to non-ODA amounts (e.g., instruments such as guarantees and concessional funding provided by non-DAC members or philanthropic sources).

Fonte: Convergence (2021)

<sup>12</sup> <https://thegiin.org/assets/GIIN%20Annual%20Impact%20Investor%20Survey%202020.pdf>

Os setores que receberam o maior volume de recursos foram, nesta ordem: energia, agricultura, serviços financeiros e infraestrutura, com destaque ainda para a pequena participação dos setores de saúde e educação. Destaque-se, entre as tendências de crescimento, o setor de agricultura e saúde, este possivelmente por conta das necessidades geradas no contexto da pandemia.

Figura 09: Proportion of closed transactions by sector



Fonte: Convergence

Dentre as recomendações da Convergence para o avanço da agenda do blended finance em nível global está a necessidade de fortalecimento da atuação coordenada, bem como de fomentar o surgimento de novos intermediários financeiros no mercado de *blended finance*, a fim de endereçar de forma mais eficaz a redução do *gap* de recursos para financiar os ODS.

Além disso, também é recomendada, como forma de aprimorar a mobilização de capital privado, que (i) se divulgue melhor os valores já doados a operações de *blended finance*; (ii) se amplie o uso de instituições financeiras de desenvolvimento como originadoras de operações e aportadoras de recursos concessionais; e (iii) se amplie a transparência e divulgação de resultados que possibilitem acelerar o aprendizado e a consolidação de modelos financeiros *blended*<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Em recente publicação da Impact Taskforce (ITF), "[Mobilizing institutional capital towards the SDGs and a Just Transition](#)", vemos uma abordagem interessante sobre o papel do Blended Finance na estrutura de soluções para suportar os ODSs. Enquanto o [capítulo 2.5](#) apresenta conceitos importantes, o [capítulo 2.6](#) apresenta diversos exemplos de estruturas financeiras que podem servir de inspiração para nosso contexto nacional.

## 6. AS OPERAÇÕES DE BLENDED FINANCE NO CONTEXTO BRASILEIRO

### Maturidade do Ecossistema Brasileiro

No Brasil, há poucas operações estruturadas utilizando o mecanismo de *blended finance* que seguem os princípios promovidos pela OCDE, e há um enorme espaço para o aumento do número de operações e do volume de capital investido com o uso do mecanismo.

Ao contrário da Ásia e África, onde o tema vem sendo desenvolvido de forma intensiva, com o apoio inclusive do Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum), na América Latina o tema ainda é novo e não é conhecido pela maior parte dos participantes do mercado. Dados da Convergence mostram que as operações que utilizam o mecanismo de *blended finance* na América Latina e Caribe representaram 13% de todas as transações de *blended finance* em escopo global (entre 2016 e 2018).

Diante desse cenário, o GT Instrumentos Financeiros e Investimento de Impacto do LAB criou o Subgrupo Estruturas de *Blended Finance*, do qual participam aproximadamente 50 entidades dos setores público e privado, com o objetivo de fomentar um ecossistema favorável ao desenvolvimento do mecanismo no Brasil. Ao longo dos trabalhos, o subgrupo identificou que os principais gargalos para o desenvolvimento do mecanismo no país são de ordem cultural e regulatória. Esses desafios se somam ao das métricas de acompanhamento e de verificação de resultados, já conhecidos.

A partir desse diagnóstico, o subgrupo de *blended finance* do LAB vem oferecendo sua contribuição em quatro frentes:

- Disseminação de conhecimento. Através da disseminação dos conceitos do mecanismo de *blended finance* aos participantes do mercado (especialmente aos seus membros), assim como do engajamento de novas organizações interessadas em conhecer o assunto, busca-se contribuir para a mudança de cultura. A intervenção se dá por meio da elaboração de artigos como este e a promoção de eventos gratuitos sobre a temática.
- Contribuição Regulatória. Com a identificação dos principais gargalos que precisam ser endereçados para o desenvolvimento do mecanismo e mediante a organização de manifestação em editais de audiência pública de normas que podem ampliar o alcance do mecanismo. Por exemplo, é preciso superar alguns entraves regulatórios hoje presentes, como por exemplo, o risco de perda de imunidade fiscal pelas entidades sem fins lucrativos que investem em negócios de impacto lucrativos. Além disso, é importante ampliar o diálogo e interação com os órgãos de controle como os Ministérios Públicos e os Tribunais de Contas. Esse diálogo é fundamental para que essas entidades possam entender mais sobre os aspectos inovadores das estruturas que usam o *blended finance* e do investimento em negócios de impacto por entidades públicas e filantrópicas. Por fim, o LAB apresentou à CVM manifestação ao Edital de Audiência Pública que estabelece um novo arcabouço regulatório para as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários (SDM 02/21) e nesta propôs a criação de um regime especial mais privilegiado para as operações de *blended finance*.

- Pilotagem de Produtos. Com o acompanhamento de projetos de membros do grupo, apoiando no enfrentamento das dificuldades e desafios encontrados na estruturação de operações de *blended finance*, de forma colaborativa, com base nas diferentes expertises e na troca de experiência entre os membros do GT. Atualmente o LAB mapeou aproximadamente 12 pilotos que potencialmente podem vir a ser apoiados pelo grupo. O recém lançado [Edital BNDES Blended Finance](#) é um dos exemplos de projeto piloto que recebeu apoio do LAB.
- Apoio para a Criação de Observatório. Discussão sobre os potenciais agentes que utilizam o mecanismo de *blended finance* no Brasil e que demonstram interesse em participar da criação de um observatório de operações, para possibilitar a criação de um arcabouço mínimo que ofereça informações sobre o impacto dos mecanismos utilizados, os principais desafios, soluções e aprendizados, assim como impacto auferido.

Além do LAB de Inovação Financeira mencionado acima, vale citar outros ambientes de inovação como o Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas (LIFT Lab)<sup>14</sup>, iniciativa conjunta do BCB e da Fenasbac, e os ambientes de experimentação, chamados de “*sandboxes* regulatórios<sup>15</sup>, que servem para testar novos modelos financeiros, tendo potencial para contribuir para o desenvolvimento de operações de *blended finance*. No anexo ao presente artigo apresentamos algumas experiências de projetos no Brasil que já aplicam conceitos de *blended finance*.

### Muito Além do capital: O potencial de Atuação Estratégica de Múltiplos Atores

As estruturas de *blended finance* têm potencial benefício para além da "simples" atração do capital privado. A atuação colaborativa do setor público, privado e do terceiro setor fortalece a atuação individual de cada um desses setores e pode ser fundamental para o enfrentamento de desafios de alta complexidade.

Para que essas estruturas possam se multiplicar de forma eficiente é preciso antes de tudo superar a visão de que as questões sociais e ambientais devem ser endereçadas apenas pelos agentes públicos e filantrópicos. O capital e os esforços necessários para endereçar os ODS não virão de uma única fonte, natureza ou perfil de investidores, exigindo que os atores públicos, privados e sociais ressignifiquem seus papéis e aprendam a operar de forma coordenada para gerar sinergias e soluções.

Historicamente, o financiamento de projetos sociais e ambientais teve como fonte principal os recursos não reembolsáveis - tanto de governos quanto de filantropos<sup>16</sup>. Porém, o aumento das desigualdades sociais e dos passivos ambientais demonstraram que ações compensatórias, apesar de urgentes e importantes, especialmente em emergências e reparações, não são suficientes para resolver estruturalmente esses problemas, pois não atacam as suas raízes e não possuem alcance financeiro necessário para atender a todas as demandas e pouco colaboram para uma mudança sistêmica. Cada vez mais se compreende que o próprio modelo econômico deve se adaptar para, gradativamente eliminar as externalidades negativas, que prejudiquem o funcionamento dos sistemas social e ambiental.

<sup>14</sup> <http://www.liftlab.com.br/>

<sup>15</sup> Atualmente, há no Brasil três *Sandboxes* Regulatórios em operação: do Banco Central do Brasil (BCB), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

<sup>16</sup> Isso porque a maior parte desses projetos não foram concebidos para serem economicamente viáveis (em muitos casos não o poderiam ser, mas mesmo nos casos em que fosse possível, esta não era a tônica adotada), mas enfocavam compensações em relação ao processo produtivo linear (linha de produção que consome recursos naturais e humanos e gera resíduos não aproveitáveis)

Nessa linha, o setor privado vem apresentando abordagens interessantes com: (i) o aumento do número de negócios de impacto (ainda concentrados em micro e pequenas empresas), (ii) o crescimento de uma economia de transição direcionado a médias e grandes empresas, que utiliza conceitos inovadores como o da economia circular, da economia regenerativa, do ganho compartilhado, do capitalismo de stakeholders, dentre outros; (iii) o aumento do interesse dos investidores privados pelos produtos financeiros sustentáveis, que carregam a sigla ASG (ou, no inglês. ESG), assim como o aumento do volume do investimento de impacto. Isso tem levado os gestores de recursos a se estruturarem a fim de não apenas oferecer novas oportunidades a seus clientes, mas também captarem recursos alinhados com estes princípios. Vale ressaltar que o engajamento do setor privado na pauta dos ODS contribui para uma cultura de inovação, de tomada de risco e de retorno e para a eficiência das estruturas financeiras e dos projetos.

No campo do terceiro setor, se por outro lado, as ações de "assistência direta" sem dúvida continuam tendo um papel inquestionável, percebe-se cada vez mais necessário integrar essas atividades a outras formas de uso dos recursos não reembolsáveis, como por exemplo o conceito de *venture philanthropy*<sup>17</sup>, o qual vem despertando interesse de fundações e institutos no Brasil<sup>18</sup> por terem capacidade de unir diferentes perfis de investidores e tipos de capital para impulsionar a inovação social<sup>19</sup>. Vale notar que as entidades do terceiro setor podem ter um papel muito relevante em mercados ainda não maduros, pela composição única de ativos financeiros e não financeiros, podendo, por exemplo:

- (1) Assumir a exposição maior a riscos potenciais, em comparação aos investidores comerciais, tendo como contrapartida o impacto positivo social e/ou ambiental;
- (2) Compartilhar o seu conhecimento e presença em determinados locais em que haja um *gap* de conhecimento, relacionamento e confiança pelos investidores e intermediários financeiros;
- (3) Oferecer treinamento e consultoria técnica e serviços que precisam ser providos para que haja o desenvolvimento de mercados locais; e
- (4) Oferecer a sua capacidade de relacionamento com entidades regulatórias que sejam necessárias para criar um ambiente de negócios mais favorável.

Por fim, é fundamental a participação do setor público nessa equação pois este é o setor com maior capacidade de engajamento e articulação, conferindo confiança, transparência e viabilizando um mandato para o direcionamento de esforços para setores que são de fato mais importantes para o desenvolvimento sustentável de um território. Cabe às entidades governamentais, especialmente, orientar aos demais agentes sobre quais são os temas e principais questões a priorizar, para o desenvolvimento econômico sustentável e a criação de estímulos que gerem o engajamento dos demais agentes nas pautas prioritárias definidas pelos governos.

Estas operações implicam em uma mudança de lógica para o setor público e filantrópico, que, para além de atuarem apenas mediante financiamento direto de projetos sociais e ambientais, passam a utilizar seus recursos cada vez mais de forma catalítica, gerando maior atratividade a esses projetos e mobilizando capital privado para investir na ampliação de sua escala.

<sup>17</sup> Segundo Deboni e Alois (2019), no Brasil ainda há pouco repertório sistematizando o termo, que ora é chamado de filantropia estratégica (assim traduzido por uma organização portuguesa, chamada Maze Impact), ora de filantropia de risco

<sup>18</sup> <https://gife.org.br/venture-philanthropy-importa-menos-o-nome-e-mais-o-que-ele-traz-consigo/>

<sup>19</sup> Latimpo (2021). [https://drive.google.com/file/d/1ufS3mNcr4ho4IDkWz4AylLeeVZDa\\_vZ1L/view](https://drive.google.com/file/d/1ufS3mNcr4ho4IDkWz4AylLeeVZDa_vZ1L/view)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi apresentar um panorama do tema de *blended finance* como ferramenta para viabilizar o financiamento do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, e o contexto dos esforços em curso pela sua aceleração no Brasil.

Tomando como base o framework de engajamento de novos atores na abordagem de *blended finance* elaborado pela OCDE<sup>20</sup>, podemos ampliar a visão do mesmo para aplicá-lo ao ecossistema brasileiro, que ainda está em estágio incipiente de desenvolvimento.

Figura 10. Passo a passo para a implementação de estratégias de *blended finance*



Fonte: Adaptado de OCDE (2015).

Podemos considerar que estamos ainda na primeira metade da escala. A compreensão do ponto de partida e a construção coletiva do entendimento sobre o tema são o propósito do presente artigo. A terceira e quarta etapas são atividades em curso no âmbito do Laboratório de Inovação Financeira, como a formulação de um conjunto preliminar de objetivos e princípios, com base na etapa 2, bem como a avaliação das lacunas nas capacidades organizacionais, olhando tanto cada agente de forma individual quanto o ecossistema como um todo.

Dois temas importantes a serem aprofundados são **regulação** e **tributação**, já mencionados anteriormente, para que se possa identificar as melhorias necessárias e incentivos para estruturas de *blended finance* tanto para o setor público quanto para o setor privado, e principalmente a articulação entre recursos concessionais e recursos comerciais. A interação com os órgãos de controle será fundamental para a constituição de estruturas robustas e alinhadas aos preceitos de gestão, governança, transparência e accountability dos órgãos reguladores. Ao tempo em que esses possam também compreender melhor o conceito de *blended finance* a fim de adaptar e aprimorar o que for considerado necessário.

<sup>20</sup> OECD (2015). A How-To Guide for Blended Finance. A practical guide for Development Finance and Philanthropic Funders to integrate Blended Finance best practices into their organizations.

A quinta etapa consiste em pilotar uma quantidade significativa de operações de *blended finance* considerando o arcabouço coletivamente pactuado, com foco em aprendizado para refinamento estratégico e aprofundamento de diagnósticos de aprimoramentos necessários, na etapa 6.

Já existem iniciativas sendo implementadas, conforme apresentado em anexo, e possivelmente diversas outras iniciativas no Brasil que poderiam, se não caracterizadas como *blended finance*, ao menos trazer aprendizados na estruturação de projetos dentro do conceito. Nesse sentido, há uma carência de sistematização de experiências que precisa ser endereçada para consolidar a agenda do *blended finance* no Brasil.

Será fundamental, para esse objetivo, fortalecer estruturas capazes de gerenciar o conhecimento sobre *blended finance* no Brasil, a fim de constituir repositórios de casos de insucesso e de sucesso, a partir do qual se possa avançar na agenda com estruturas operacionais robustas, que gerem pipelines de projetos atrativos em grande escala. Também é muito importante a definição de indicadores para monitoramento de resultados.

Os projetos de desenvolvimento sustentável e regenerativo requerem visão de longo prazo tanto no que concerne à sua estruturação, que demanda aportes intensivos em capacitação técnica, gerencial e formulação de modelos de negócios economicamente viáveis, quanto nas expectativas de retorno, que devem vislumbrar, para além do aspecto financeiro, o aspecto de mudança sistêmica.

Os sistemas de monitoramento de resultados poderão cada vez mais explicitar a noção de retornos sistêmicos, que podem não ser percebidos financeiramente no curto prazo, mas que possibilitam novas formas de retornos futuros, seja no desenvolvimento de novos materiais que reduzem custos, seja na atratividade de marca que cativa mais clientes e potencializa vendas, ou na própria geração de externalidades sociais e ambientais positivas que podem trazer inúmeros outros benefícios para os negócios.

Essa percepção renovada do propósito das empresas permitirá a assimilação dos princípios ASG de modo que os mesmos não se limitem às políticas adotadas em resposta a exigências externas, mas contemplem o próprio modelo de negócios de cada organização. As estruturas de *blended finance*, com suas características de flexibilidade, abertura ao novo e articulação de diferentes visões, devem ser encaradas como uma ponte que liga o mundo que vivemos ao paradigma sistêmico, na escala e velocidade necessárias para alcançarmos o desenvolvimento sustentável e regenerativo de forma plena, em respeito e consideração às gerações futuras e, fundamentalmente, em prol de nossa própria sobrevivência como espécie.

## ANEXO – ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COM BLENDED FINANCE NO BRASIL

**The LAB.** O Lab da CPI no Brasil foi lançado em 2016, inicialmente sob os auspícios do Grupo de Trabalho Climate Policy Brasil-EUA sobre Mudanças Climáticas, e agora é financiado pelo Ministério do Meio Ambiente da Alemanha (BMU), com apoio à implementação da agência alemã GIZ. O projeto já apoiou 55 experiências de modelagem financeira com base no conceito de blended finance espalhados pelo mundo, sendo que pelo menos 13 no Brasil. Dentre os Brasileiros, 3 instrumentos ainda estão em fase de desenvolvimento e os outros 10 já mobilizaram a marca de aproximadamente BRL 1 bilhão. Para mais informações acesse [www.climatepolicyinitiative.org](http://www.climatepolicyinitiative.org).

**Vivenda.** Caso emblemático de negócio de impacto social, a Vivenda funciona desde 2014 com reformas em casas de periferias e favelas, incluindo projetos de arquitetura, materiais e mão de obra de alto nível e acesso a crédito. Em 2018, para expandir seus negócios, emitiu uma debênture de impacto social no valor de R\$ 5 milhões com apoio da Din4mo, do Grupo Gaia e outros parceiros, para oferecer crédito mais barato e de prazo mais longo aos tomadores, com mecanismo de absorção de primeiras perdas oriundo de doações. Para mais informações acesse <https://www.ecosistema.latimpacto.org/din4mo?lang=pt>.

**BlendLab.** As mesmas organizações que viabilizaram a operação de blended finance da Vivenda, junto ao BlendGroup, grupo de organizações voltado à soluções de blended finance para cidades e cadeia de negócios sustentáveis e inclusão social criaram o BlendLab, para ser um laboratório de inovação para a curadoria e o desenvolvimento de soluções de desenvolvimento territorial passíveis de serem viabilizadas por operações financeiras híbridas em: infraestrutura e habitação; resiliência sanitária, climática e socioeconômica; soluções de crédito e renda; startups e estruturas produtivas. Atualmente operando em 2 territórios, o Blendlab pretende apoiar mais 3 territórios nos próximos três anos, mobilizando entre USD120M a USD150M. Para mais informações acesse [www.blendlab.co](http://www.blendlab.co).

**Plataforma de Empréstimo Coletivo da Sitawi Finanças do Bem.** Em ação desde 2019, já realizou apoio a 26 negócios de impacto socioambiental com base em um modelo que utiliza capital filantrópico de institutos e fundações nacionais e internacionais (nas etapas de originação, avaliação de oportunidades de empréstimo e acompanhamento dos projetos) para alavancar capital privado de pessoas físicas, "democratizando" o acesso ao investimento de impacto. Para mais informações acesse <https://sitawi.caprate.com.br>.

**Trê Investindo com Causa.** A Trê conduz rodadas de investimento via Plataforma de Empréstimo Coletivo desde 2018 e já mobilizou mais de R\$11 milhões, para impulsionar 52 negócios de impacto socioambiental, com a participação de mais de 600 investidores. Também gerencia o Programa Covida20 em coalizão com o Sistema B, o Capitalismo Consciente Brasil e a Din4mo, para apoio a empreendedores de negócios de impacto também via plataforma de empréstimo coletivo. Foram investidos mais de R\$6,7 milhões em 47 negócios de impacto, mobilizando mais de 400 investidores. Além disso, o Fundo Filantrópico Rotativo CoVida20 foi criado para receber doações e servir como um "colchão" de reserva para possíveis repactuações com negócios, mitigando os riscos para investidores. A gestão do fundo é realizada pela Sitawi Finanças do Bem. A Trê também opera o Programa Territórios Regenerativos, em conjunto com a Fundación Avina e a Parsifal21, em busca de promover uma agenda de sustentabilidade e prosperidade em diferentes territórios do Brasil por meio do fomento cadeias de valor produtivas da sociobiodiversidade com uso de mecanismos blended finance. Para conhecer melhor o trabalho da Trê, acesse <https://treinvestimentos.com.br>.



**Food&Forest.** Solução de blended finance organizada pela parceria do Impact Bank, BlendGroup e Run Investimentos, voltado para o acesso a crédito justo e assistência técnica para fortalecer a economia de modelos de negócios regenerativos inseridos nas cadeias produtivas de alimentos e serviços de conservação ambiental, que geram benefícios sociais, climáticos e para biodiversidade. O ecossistema de fundos visa alavancar R\$ 300 milhões, com captação de filantropos, investidores privados e instituições de desenvolvimento, em um ambiente estável com risco controlado, segurança jurídica e forte governança para ampliar o impacto, otimizar os recursos, compartilhar custos e reduzir as perdas. Para mais informações acesse <https://foodandforest.com.br>.

**Amazon Biodiversity Fund Brazil.** Fundo de financiamento misto destinado a criar modelos de negócios sustentáveis na Amazônia Legal brasileira para conservar a biodiversidade. O fundo projeta um tamanho de R\$ 300 milhões e investirá capital, dívida conversível, empréstimos, dívida estruturada e com participação nos lucros. A USAID oferece uma garantia que cobre até 50% do principal para alocações de dívida. O Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) investe na tranche júnior do fundo, proporcionando maior de-risking para investidores na tranche sênior. O fundo está dividido em duas janelas de investimento: uma janela “venture”, que investe em empresas em estágio muito inicial, e uma janela de “crescimento”, voltada para empresas mais maduras com fluxos de caixa positivos. Para mais informações acesse <https://pcabhub.org/pt-br/midia-1/dados/abf-fundo.pdf/view>.

**Edital de Blended Finance BNDES.** Em dezembro de 2021, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um orçamento e normativos internos específicos para fomentar, por meio de seleções públicas, novas estruturas de blended finance com recursos não reembolsáveis. Em maio de 2022, foi lançado o primeiro edital nesse sentido com o objetivo de selecionar estruturas Blended Finance nas vertentes temáticas de Bioeconomia Florestal, Desenvolvimento Urbano e Economia Circular.

**MCTI.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) vem empreendendo esforços, desde 2019, no âmbito da estratégia de atuação de investimentos para o ecossistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação, de uma abordagem de blended finance vislumbrando a mobilização de recursos privados. As experiências de alguns países vêm sendo estudadas a fim de vislumbrar caminhos para a identificação de projetos elegíveis e parceiros e para captação de recursos internacional.

# BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

CONVERGENCE

<https://www.convergence.finance/blended-finance>

<https://www.convergence.finance/membership#data-and-intelligence>

OECD “Blended Finance Principles for Unlocking Commercial Finance for the SDGs”, 2017. <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-topics/OECD-Blended-Finance-Principles.pdf>

OECD. Making Blended Finance Work for the Sustainable Development Goals. [https://read.oecd-ilibrary.org/development/making-blended-finance-work-for-the-sustainable-development-goals\\_9789264288768-en#page4](https://read.oecd-ilibrary.org/development/making-blended-finance-work-for-the-sustainable-development-goals_9789264288768-en#page4)

OECD. Blended Finance Evaluation: Governance and Methodological Challenges, 2019.

<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/4c1fc76e-en.pdf?expires=1644278784&id=id&accname=guest&checksum=9B550421BFE5A43651AF16AA99963A91>

OECD (2020), Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2021: A New Way to Invest for People and Planet, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/e3c30a9a-en>.

OECD e WORLD ECONOMIC FORUM. Blended Finance Vol. 1: A Primer for Development Finance and Philanthropic Funders. 2015. [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Blended\\_Finance\\_A\\_Primer\\_Development\\_Finance\\_Philanthropic\\_Funders.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_Blended_Finance_A_Primer_Development_Finance_Philanthropic_Funders.pdf)

OECD e WORLD ECONOMIC FORUM. Blended Finance in the Private Sector Context. 2020. [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Blended\\_Finance\\_Private\\_Sector\\_Context\\_pager.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_Blended_Finance_Private_Sector_Context_pager.pdf)

OECD e WORLD ECONOMIC FORUM. A How-To Guide for Blended Finance. 2015. [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_How\\_To\\_Guide\\_Blended\\_Finance\\_report\\_2015.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_How_To_Guide_Blended_Finance_report_2015.pdf)

OECD e WORLD ECONOMIC FORUM. Insights from Blended Finance Investment Vehicles & Facilities. [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Blended\\_Finance\\_Insights\\_Investments\\_Vehicles\\_Facilities\\_report\\_2016.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_Blended_Finance_Insights_Investments_Vehicles_Facilities_report_2016.pdf)

WORLD ECONOMIC FORUM. Blended finance | Trending: blending. [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_Trending\\_Blending\\_The\\_Economist\\_April\\_23\\_2016.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_Trending_Blending_The_Economist_April_23_2016.pdf)